

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIAS Nº 1.605, DE 17 DE JULHO DE 2014

Aprova a Instrução Suplementar nº 121.1225-001, Revisão A.

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00065.089971/2013-69, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 121.1225-001, Revisão A (IS nº 121.1225-001A), intitulada "Programa de reporte voluntário de empresa aérea certificada de acordo com o RBAC 121".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 1.631, DE 17 DE JULHO DE 2014

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 3375/SPO, de 20 de dezembro de 2013, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) - Operações Aeroagrícolas, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Tornar pública a emissão do Certificado de Operador Aeroagrícola (COA) nº 2014-06-SIIJ-01-00, emitido em 15 de julho de 2014, em favor de Aerodinâmica Aviação Agrícola Ltda., em virtude do atendimento ao estabelecido no RBAC nº 137, nos termos da decisão proferida no processo nº 00068.002483/2014-14, a partir da comunicação à interessada por meio do Ofício nº 338/2014/GOAG-PA/SPO, a contar data de 15 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor desta Portaria encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço <http://www.anac.gov.br>.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 1.585, DE 16 DE JULHO DE 2014

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 3377/SPO, de 20 de dezembro de 2013, resolve:

Art 1º Suspender cautelarmente a autorização de funcionamento da ENAC - ESCOLA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Rua Doutor Miguel Penteado, Nº 1006, bairro Jardim Chapadão, Campinas - SP, CEP 13070-118, até que sejam sanadas as não conformidades conforme despacho dado ao requerimento atinente ao processo nº 00065.105185/2013-16.

Art. 2º Suspender cautelarmente as homologações dos cursos teóricos e/ou práticos de Piloto Comercial/IFR (avião), Mecânico de Manutenção Aeronáutica - grupo Célula, Comissário de Voo, Despachante Operacional de Voo, Voo por Instrumentos, Piloto Comercial de Helicóptero, Piloto Privado de Helicóptero, Piloto Privado de Avião, Mecânico de Manutenção Aeronáutica - Grupo Motopropulsor, Mecânico de Manutenção Aeronáutica - grupo Aviónicos da ENAC - ESCOLA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, até que sejam sanadas as não conformidades conforme despacho dado ao requerimento atinente ao processo nº 00065.105185/2013-16

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIAS DE 17 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO INTERINO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, e considerando o disposto na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, resolve:

Nº 1.606 - Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária GENTIL AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA - ME, CNPJ 17.767.147/0001-04, com sede social em Luziânia (GO), como empresa de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria. A empresa deverá comprovar o início do processo de certificação para obtenção do Certificado de Operador Aéreo - COA no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de revogação desta Autorização de Funcionamento Jurídico. Processo nº 00058.090050/2012-57.

Nº 1.607 - Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária GRANDI AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, com sede social em Unaí (MG), como empresa de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria. Processo nº 00058.109347/2013-84.

Nº 1.609 - Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária SENSORMAP - SOLUÇÕES EM GEOTECNOLOGIA E AEROLEVANTAMENTO LTDA - EPP, CNPJ 12.832.165/0001-09, com sede social em Presidente Prudente (SP), como empresa de serviço aéreo público especializado nas atividades aerolevanteamento e aerofotografia, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria. Processo nº 00058.103817/2013-04.

Nº 1.610 - Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária FRISONFLY HELICÓPTEROS SERVIÇO AÉREO ESPECIALIZADO E TÁXI AÉREO LTDA -EPP, CNPJ 11.071.757/0001-92, com sede social em Porto Alegre (RS), como empresa de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo e serviço aéreo público especializado na atividade aeroinspecção, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria. Processo nº 60800.212911/2011-55.

Nº 1.611 - Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária SULINA AEROAGRÍCOLA LTDA. - ME, CNPJ 18.803.394/0001-81, com sede social em Boa Vista (RR), como empresa de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria. A empresa deverá comprovar o início do processo de certificação para obtenção do Certificado de Operador Aéreo - COA no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de revogação desta Autorização de Funcionamento Jurídico. Processo nº 00058.084576/2012-06.

Estas portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço <http://www.anac.gov.br>.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 710, DE 17 DE JULHO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DA FAZENDA, INTERINO E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 3º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, tendo em vista o amparo previsto pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPm, de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e pelas Portarias Interministeriais nºs 182, 38 e 1.072, de 25 de agosto de 1994, de 9 de março de 2004, e de 8 de novembro de 2010, respectivamente, e o que consta do Processo nº 21000.005473/2012-15, resolvem:

Art. 1º Estabelecer os seguintes parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica nos municípios, ainda sob efeito da estagem da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na forma de venda direta denominada programa de "Venda Balcão", a ser operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab):

I - beneficiários: criadores de pequeno porte de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos, situados e com atividade nos municípios atingidos pela seca, localizados na área de atuação da SUDENE;

II - quantidade de produto a ser disponibilizado para o programa: até 180.000 (cento e oitenta mil) toneladas, sendo 30.000 (trinta mil) toneladas/mês;

III - limite de aquisição por beneficiário/mês: até 3.000 (três mil) quilos;

IV - preço de venda: R\$ 23,10 (vinte e três reais e dez centavos) por saca de 60 kg.

Parágrafo único. O enquadramento do beneficiário para fins de participação no programa será com base na informação prestada no Sistema de Cadastro Técnico/Programa de Vendas em Balcão da Conab.

Art. 2º É vedada a participação no programa do criador relacionado no inciso I do art. 1º que participe de qualquer operação de venda de milho do estoque público por meio de Leilão da Conab.

Art. 3º Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 31 de dezembro de 2014.

NERI GELLER

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PAULO ROGÉRIO CAFFARELLI

Ministro de Estado da Fazenda Interino

MIRIAM BELCHIOR

Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 711, DE 17 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, na Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, no Decreto nº 8.133, de 28 de outubro de 2013, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.001467/2014-51, resolve:

Art. 1º Definir o manejo da praga Hypothenemus hampei e as medidas emergenciais de defesa sanitária vegetal que deverão ser adotadas para a emergência fitossanitária, objeto da Portaria/MAPA nº 188, de 12 de março de 2014, publicada no DOU, seção 1, de 13 de março de 2014:

I - O controle químico da broca-do-café com inseticida a base de Ciantraniliprole a ser realizado em talhões da lavoura por meio do monitoramento; e

II - O controle somente será efetuado nos talhões quando a infestação atingir 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) ou mais de frutos broqueados.

Parágrafo único. As recomendações de uso do produto são:

a) Praga: Broca-do-café (Hypothenemus hampei);

b) Modalidade de uso: foliar;

c) Dose: 175 g de i.a./ha;

d) Número, época e intervalo de aplicações: iniciar as aplicações para o controle da broca-do-café no início da formação de grãos e no momento da migração dos adultos; sendo o intervalo de aplicação: de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias; e

e) Número máximo de aplicações: 2 (duas).

Art. 2º Autorizar, em caráter emergencial e temporário, a importação de produtos agrotóxicos, que tenham como ingrediente ativo a substância Ciantraniliprole para fins de controle da praga, somente no Estado de Minas Gerais.

§ 1º A autorização a que se refere o caput vigorará enquanto perdurar a situação de emergência fitossanitária, declarada na Portaria/MAPA nº 188, de 2014, publicada na seção 1, do DOU de 13 de março de 2014.

§ 2º Na importação que trata o caput deste artigo, serão utilizados os procedimentos de importação estabelecidos pela Instrução Normativa nº 19, de 8 de julho de 2013.

I - O importador deverá incluir no campo informações complementares da Licença de Importação (LI) a observação de que se trata de produto para aplicação emergencial e o número da autorização emergencial; e

II - Para efeito de registro da LI, o produto deverá ser enquadrado na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 3808.9199.

§ 3º Para a importação dos produtos especificados no art. 2º da Instrução Normativa nº 19, de 8 de julho de 2013, será necessário o registro ou a autorização de importação expedida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e do registro do estabelecimento do importador no órgão competente no Estado ou no Distrito Federal.

Art. 3º O importador deverá requerer, junto ao setor competente da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a solicitação emergencial temporária para importação do produto Ciantraniliprole instruída com os seguintes documentos:

I - requerimento de anuência de importação, conforme o Anexo do Decreto nº 8.133, de 28 de outubro de 2013; e

II - plano de segurança e controle no transporte, armazenamento, aplicação e eliminação de resíduos e sobras ao final da vigência do estado de emergência fitossanitária, e destinação final das embalagens vazias.

§ 1º Para fins de quantificação do volume de importação do produto Ciantraniliprole, o solicitante da autorização emergencial temporária apresentará uma estimativa de área de café a ser tratada para o MAPA, no período de validade da emergência.